

A COLABORAÇÃO DOCENTE COMO DESAFIO E POSSIBILIDADE PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO TRABALHO ENTRE PROFESSORES DA SALA COMUM E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Alessandra Aparecida Avelino dos Santos Custódio da Silva

RESUMO

A educação inclusiva constitui uma das mais importantes conquistas sociais e educacionais das últimas décadas, assegurando o direito de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação à participação plena no ensino regular. Entretanto, a garantia legal do acesso à escola não assegura, por si só, a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a importância do trabalho colaborativo entre professores da sala comum e docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a efetivação da inclusão escolar. Fundamentado na teoria histórico-cultural de Vygotsky, em estudos contemporâneos sobre ensino colaborativo e nos marcos legais da educação inclusiva brasileira, o trabalho discute os benefícios, desafios e limites da colaboração docente no contexto escolar. Conclui-se que a inclusão efetiva depende da construção de uma cultura institucional colaborativa, capaz de superar práticas fragmentadas e promover a corresponsabilidade pedagógica entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Trabalho Colaborativo; Atendimento Educacional Especializado; Vygotsky; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva representa um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições escolares contemporâneas. Embora o Brasil possua um conjunto robusto de legislações voltadas à garantia dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a efetivação desses direitos ainda encontra obstáculos significativos

na realidade cotidiana das escolas. A existência de marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), representa um avanço histórico na democratização do acesso à educação, porém tais dispositivos, isoladamente, não garantem processos de ensino e aprendizagem verdadeiramente inclusivos.

A inclusão escolar não pode ser reduzida ao simples ato de matricular estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. Trata-se de um processo complexo que exige mudanças estruturais, pedagógicas, organizacionais e culturais capazes de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Isso implica reconhecer que a diversidade constitui característica inerente ao ambiente escolar e que cabe às instituições reorganizar suas práticas para responder às diferentes necessidades educacionais presentes em sala de aula.

Nesse contexto, Mantoan (2015) afirma que a inclusão representa uma transformação profunda da própria escola, rompendo com modelos tradicionais baseados na homogeneização dos estudantes e na seleção daqueles que melhor se adaptam às exigências institucionais. Sob essa perspectiva, a escola inclusiva reconhece que todos os alunos possuem potencial para aprender e que as diferenças humanas devem ser compreendidas como elemento enriquecedor das experiências educativas, e não como obstáculos ao processo de ensino.

Entretanto, a concretização desses princípios depende diretamente da atuação articulada dos profissionais da educação. O trabalho isolado dos docentes tem se mostrado insuficiente para responder à complexidade das demandas presentes nas escolas contemporâneas, especialmente diante da diversidade de formas de aprendizagem, das necessidades de adaptação curricular e da construção de estratégias pedagógicas individualizadas. Nesse cenário, fortalece-se a compreensão de que a colaboração entre professores da sala comum e profissionais do Atendimento Educacional Especializado constitui uma das principais estratégias para a efetivação da educação inclusiva, favorecendo o compartilhamento de conhecimentos, responsabilidades e práticas pedagógicas.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky oferece importante fundamentação para essa compreensão ao demonstrar que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais mediadas culturalmente. Da mesma forma que os estudantes constroem conhecimentos em interação com os outros, os professores também ampliam suas competências profissionais quando compartilham experiências, refletem coletivamente sobre suas práticas e

constroem soluções pedagógicas de maneira colaborativa. Assim, o trabalho conjunto entre docentes ultrapassa a dimensão organizacional, configurando-se como espaço permanente de aprendizagem profissional e aperfeiçoamento das práticas educativas.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir criticamente sobre os limites e as possibilidades da colaboração docente como estratégia para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância do trabalho colaborativo entre professores da sala comum e docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), discutindo seus fundamentos teóricos, benefícios, desafios e contribuições para a efetivação da educação inclusiva. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica fundamentada em autores que discutem a educação inclusiva, a teoria histórico-cultural, a formação docente e o ensino colaborativo, buscando contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com o direito de todos à aprendizagem.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova compreensão acerca dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo a educação como direito de todos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) consolidaram avanços significativos na garantia do acesso ao ensino regular.

Entretanto, existe uma distância considerável entre os princípios legais e sua concretização no cotidiano escolar. Conforme destaca Mantoan (2015), a inclusão não pode ser entendida apenas como uma determinação normativa, mas como um processo de transformação das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas dentro da escola.

Nesse sentido, muitas instituições ainda operam sob uma lógica integracionista, na qual o estudante com deficiência é inserido na sala comum, mas permanece excluído dos processos efetivos de aprendizagem. Tal situação evidencia que a simples existência de políticas públicas não é suficiente para garantir uma educação inclusiva de qualidade.

A crítica central reside justamente no fato de que grande parte das políticas educacionais enfatiza o acesso, mas nem sempre oferece condições concretas para que os profissionais desenvolvam práticas inclusivas efetivas. A ausência de formação continuada, de tempo para planejamento coletivo e de suporte institucional demonstra que a inclusão ainda é tratada, em muitos contextos, como responsabilidade individual do professor.

A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL E A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO

A teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky oferece importantes contribuições para compreender a inclusão escolar. Para o autor, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais mediadas culturalmente, sendo a aprendizagem um processo essencialmente coletivo.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) permite compreender que os sujeitos aprendem mais e melhor quando recebem apoio de indivíduos mais experientes ou quando participam de atividades colaborativas. Essa compreensão ultrapassa a relação professor-aluno e pode ser aplicada também ao contexto da formação docente.

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (Vygotsky, 2007, p. 103).

Essa concepção demonstra que o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais, reforçando a importância do trabalho colaborativo entre profissionais da educação na construção de práticas inclusivas.

Sob essa perspectiva, o trabalho colaborativo entre professores constitui um espaço privilegiado de mediação, troca de experiências e construção coletiva de conhecimentos pedagógicos. Quando os docentes planejam juntos, compartilham responsabilidades e refletem coletivamente sobre suas práticas, ampliam suas possibilidades de atuação diante da diversidade presente na escola.

A colaboração, portanto, não se limita a uma estratégia organizacional. Trata-se de uma concepção de trabalho baseada na construção conjunta de soluções para os desafios educacionais. Dessa forma, a inclusão deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor especialista e passa a ser assumida coletivamente pela comunidade escolar.

O TRABALHO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

Diversos estudos evidenciam que a colaboração entre professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) produz impactos positivos tanto para os estudantes quanto para os próprios docentes. Essa forma de atuação conjunta tem sido apontada como uma das estratégias mais eficazes para a consolidação de práticas inclusivas, pois promove a articulação entre diferentes saberes profissionais e favorece a construção de respostas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Ao compartilhar responsabilidades, conhecimentos e experiências, os professores ampliam sua capacidade de planejar intervenções que respeitem as especificidades de cada educando, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os principais benefícios do trabalho colaborativo destacam-se o planejamento compartilhado, a adaptação curricular mais eficiente, a ampliação das estratégias metodológicas, a elaboração de recursos pedagógicos acessíveis, a construção de avaliações mais inclusivas e a melhoria da participação dos estudantes nas atividades escolares. Quando os docentes planejam conjuntamente, torna-se possível antecipar barreiras à aprendizagem e à participação, propondo adaptações e flexibilizações curriculares que garantam condições equitativas de acesso ao conhecimento. Essa articulação também favorece a utilização de diferentes metodologias de ensino, contemplando a diversidade presente nas salas de aula e respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

Outro benefício significativo refere-se ao fortalecimento da prática pedagógica por meio da troca constante de experiências entre os profissionais. O diálogo entre professores da educação comum e do AEE permite que conhecimentos específicos sobre deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação sejam articulados às práticas pedagógicas desenvolvidas na sala regular. Dessa forma, amplia-se o repertório metodológico dos docentes, que passam a construir soluções mais criativas e eficazes para os desafios encontrados no cotidiano escolar.

Além disso, o trabalho colaborativo contribui para romper com a visão historicamente consolidada de que apenas o professor especializado é responsável pelo processo de inclusão escolar. Essa concepção fragmentada tende a isolar o Atendimento Educacional Especializado e enfraquece o compromisso coletivo com a aprendizagem dos estudantes. Quando há corresponsabilidade pedagógica, ocorre uma distribuição mais equilibrada das funções, fortalecendo o entendimento de que a inclusão constitui responsabilidade de toda a comunidade escolar. Nessa perspectiva, o professor da sala comum permanece como responsável pelo currículo e pelo desenvolvimento da aprendizagem de todos os estudantes, enquanto o professor

do AEE atua oferecendo suporte técnico-pedagógico, orientações e recursos que potencializam as práticas inclusivas.

Essa corresponsabilidade favorece, ainda, a construção de uma cultura escolar baseada na cooperação, na confiança e na resolução conjunta dos problemas educacionais. Em vez de decisões isoladas, os profissionais passam a discutir coletivamente as necessidades dos estudantes, compartilhar observações sobre o processo de aprendizagem e avaliar continuamente os resultados das estratégias implementadas. Consequentemente, as intervenções tornam-se mais consistentes, articuladas e coerentes com os princípios da Educação Inclusiva.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização dos saberes docentes. A interação entre profissionais de diferentes formações favorece a construção de novos conhecimentos, amplia a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e fortalece a identidade profissional dos educadores. Ao reconhecer que todos possuem experiências e competências importantes para contribuir com o processo educativo, estabelece-se um ambiente de aprendizagem mútua, no qual o conhecimento deixa de ser individual para tornar-se patrimônio coletivo da equipe escolar. Esse movimento favorece o desenvolvimento de práticas inovadoras e estimula a busca contínua por formação e aperfeiçoamento profissional.

Nesse contexto, a colaboração também se configura como importante estratégia de formação continuada em serviço. Ao compartilhar desafios cotidianos, analisar situações concretas e discutir possibilidades de intervenção, os docentes desenvolvem competências profissionais que dificilmente seriam construídas apenas por meio de cursos teóricos. Trata-se de um processo permanente de aprendizagem profissional, fundamentado na reflexão coletiva sobre a prática e na produção conjunta de soluções pedagógicas.

Como destaca Damiani (2008):

"Os processos colaborativos representam oportunidades valiosas para o desenvolvimento profissional dos docentes, uma vez que favorecem o compartilhamento de experiências, a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a construção conjunta de conhecimentos. A colaboração possibilita que os professores enfrentem desafios comuns de forma coletiva, ampliando as possibilidades de intervenção educativa." (Damiani, 2008, p. 220).

A perspectiva apresentada pela autora evidencia que o trabalho colaborativo ultrapassa a simples divisão de tarefas, constituindo-se como um processo de aprendizagem profissional contínuo. Ao refletirem coletivamente sobre suas práticas, os professores desenvolvem competências relacionadas ao planejamento, à avaliação, à resolução de problemas e à tomada

de decisões pedagógicas fundamentadas, fortalecendo tanto a qualidade do ensino quanto a efetivação da educação inclusiva.

Entretanto, embora os benefícios do trabalho colaborativo sejam amplamente reconhecidos na literatura, sua implementação ainda enfrenta inúmeros desafios no contexto escolar brasileiro. É importante reconhecer que a colaboração não acontece de forma espontânea nem depende exclusivamente da iniciativa individual dos professores. Sua efetivação exige planejamento institucional, definição de objetivos comuns, organização de tempos e espaços para reuniões pedagógicas, apoio da gestão escolar e políticas públicas que valorizem práticas colaborativas.

Além disso, torna-se necessária uma mudança na cultura organizacional das escolas, historicamente marcada por práticas individualizadas e pela fragmentação das responsabilidades docentes. A consolidação de uma cultura colaborativa demanda relações profissionais baseadas no diálogo, na confiança, no respeito mútuo e na valorização das diferentes competências presentes na equipe escolar. Esse processo requer tempo, investimento em formação continuada e comprometimento coletivo, uma vez que implica transformar concepções, práticas e formas de organização do trabalho pedagógico.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho colaborativo representa um dos pilares fundamentais para a consolidação da Educação Inclusiva. Ao favorecer a construção coletiva do conhecimento, fortalecer o desenvolvimento profissional dos docentes e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, essa prática contribui para a construção de uma escola mais democrática, equitativa e comprometida com o direito de todos à educação de qualidade.

LIMITES E CONTRADIÇÕES DA COLABORAÇÃO DOCENTE

Embora amplamente defendido pela literatura, o trabalho colaborativo enfrenta inúmeros desafios para sua efetivação. Entre os obstáculos mais recorrentes encontram-se a falta de tempo destinado ao planejamento coletivo, a sobrecarga de trabalho dos professores, a ausência de políticas institucionais de incentivo à colaboração e a insuficiência da formação inicial e continuada.

Além das questões estruturais, existem barreiras culturais profundamente enraizadas na organização escolar. A tradição de atuação individualizada dos docentes dificulta a construção

de práticas coletivas. Muitos professores ainda compreendem a sala de aula como um espaço de atuação exclusiva, o que gera resistência à partilha de responsabilidades.

Outro elemento crítico refere-se ao risco de uma colaboração apenas formal. Em algumas instituições, reuniões e encontros são realizados apenas para cumprir exigências burocráticas, sem que haja efetiva construção coletiva de estratégias pedagógicas. Desse modo,

O trabalho colaborativo pressupõe uma relação de parceria entre professores do ensino comum e da educação especial, baseada na confiança, no diálogo e na corresponsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem. Não se trata de uma divisão de tarefas, mas da construção compartilhada de estratégias pedagógicas capazes de atender à diversidade presente na sala de aula. (Vilaronga; Mendes; Zerbato, 2016, p. 91).

Nesses casos, o discurso inclusivo pode mascarar práticas excludentes, mantendo a fragmentação entre o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado. Portanto, a colaboração docente não deve ser romantizada. Sua implementação exige enfrentamento de questões estruturais, revisão das condições de trabalho e fortalecimento da gestão democrática.

CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA PRÁTICA COLABORATIVA

A construção de uma cultura colaborativa demanda ações articuladas em diferentes níveis. No âmbito da gestão escolar, torna-se necessário garantir tempos institucionais destinados ao planejamento coletivo, reuniões pedagógicas integradas e espaços permanentes de diálogo entre os profissionais.

No campo da formação docente, é fundamental que cursos de licenciatura e programas de formação continuada incorporem discussões sobre ensino colaborativo, coensino e práticas inclusivas. A formação deve preparar os professores para atuar em contextos heterogêneos, desenvolvendo competências relacionadas à comunicação, ao planejamento compartilhado e à resolução coletiva de problemas.

Assim,

A aprendizagem profissional do professor ocorre em contextos de interação social e de reflexão compartilhada. O desenvolvimento da docência não é resultado apenas da experiência individual, mas da participação em comunidades de aprendizagem nas quais os sujeitos constroem sentidos coletivos para sua prática pedagógica. (Placco; Souza, 2020, p. 62).

Também é necessário ampliar o papel do AEE como articulador do processo inclusivo. O atendimento especializado não deve funcionar de forma isolada, mas integrado ao currículo e às práticas desenvolvidas na sala comum.

Além disso, políticas públicas precisam avançar para além do discurso normativo, oferecendo recursos humanos, materiais e organizacionais que possibilitem a implementação concreta das propostas inclusivas. Somente por meio da articulação entre legislação, formação profissional e gestão escolar será possível consolidar práticas colaborativas capazes de promover uma inclusão efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que o trabalho colaborativo entre professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado constitui uma das estratégias mais relevantes para a consolidação da educação inclusiva. A articulação entre diferentes saberes profissionais favorece a construção de práticas pedagógicas mais flexíveis, amplia as possibilidades de aprendizagem dos estudantes e fortalece o compromisso coletivo com a garantia do direito à educação para todos. Nessa perspectiva, a inclusão deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor especialista e passa a integrar a atuação conjunta de toda a comunidade escolar.

A fundamentação na teoria histórico-cultural de Vygotsky permite compreender que tanto a aprendizagem dos estudantes quanto o desenvolvimento profissional dos docentes são processos construídos nas interações sociais. Dessa forma, a colaboração entre professores configura-se como espaço permanente de formação em serviço, possibilitando o compartilhamento de experiências, a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a construção coletiva de estratégias capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula.

Entretanto, os resultados também evidenciam que a implementação do trabalho colaborativo ainda enfrenta importantes limitações. A sobrecarga de trabalho docente, a insuficiência de tempo destinado ao planejamento coletivo, a carência de formação continuada, a escassez de recursos materiais e humanos e a permanência de culturas escolares marcadas pela fragmentação das responsabilidades constituem obstáculos que dificultam a efetivação das práticas colaborativas. Tais desafios demonstram que a consolidação da educação inclusiva depende não apenas do compromisso individual dos professores, mas também da implementação de políticas públicas capazes de garantir condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, torna-se indispensável que os sistemas de ensino ampliem investimentos em formação inicial e continuada, fortaleçam a atuação integrada entre os diferentes

profissionais da educação, assegurem tempos institucionais destinados ao planejamento coletivo e promovam uma gestão escolar democrática que favoreça o diálogo, a corresponsabilidade e a participação de toda a comunidade educativa. Somente mediante essas condições será possível consolidar uma cultura colaborativa comprometida com a valorização da diversidade e com a promoção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Por fim, conclui-se que a colaboração docente deve ser compreendida não apenas como uma metodologia de trabalho, mas como um princípio organizador da escola inclusiva. Ao promover a construção coletiva do conhecimento, fortalecer o desenvolvimento profissional dos educadores e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, o trabalho colaborativo contribui significativamente para a construção de uma educação mais democrática, equitativa e socialmente comprometida.

Assim, investir em práticas colaborativas significa fortalecer a qualidade da educação, assegurar o direito à aprendizagem de todos os estudantes e avançar na consolidação de uma escola que reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.
- _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Presidência da República, 2015.
- DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar em Revista, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Loyola, 2020.
- RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante; CAMARGO, Eder Pires. **Educação inclusiva e práticas colaborativas docentes**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; ZERBATO, Ana Paula. **O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente.** Interfaces da Educação, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.